**CRESCIMENTO VERSUS DESENVOLVIMENTO**

Daniel Ferreira dos Santos[[1]](#footnote-1)

A procura desregrada pela industrialização e pelo desenvolvimento econômico induziu a maior parte dos países do mundo a centralizar seus esforços nos incrementos positivos e estáveis do Produto Interno Bruto (PIB), colocando em segundo plano os setores relacionados à qualidade de vida. O crescimento econômico era visto como meio e fim do desenvolvimento econômico, contudo esta forma de pensamento foi se alterando com o passar do tempo, de maneira mais acintosa a partir das décadas de 1950 e 60.

A partir de meados da década de 50 houve uma maior difusão da noção de “desenvolvimento” gerando amplas discussões sobre o assunto, aliás, ela acabou influenciando vários programas governamentais em todo o mundo. Ao visualizar em uma possibilidade de desenvolvimento, iniciativas diversas em todas as sociedades foram apresentadas. Surgiu o termo desenvolvimento rural, que com o passar do tempo se firmou como um subitem, e se tornou um dos grandes motores das políticas governamentais e dos interesses sociais, algumas das sociedades atualmente avançadas. Na época, tinham grande parte da população tinha ampla participação em atividades agrícolas, já nos demais países essa participação era bem maior, deve-se levar em consideração a participação maciça das atividades agrícolas nas contas nacionais (Navarro, 2001).

No período posterior a segunda guerra mundial, os países denominados subdesenvolvidos passaram a implementar em suas políticas públicas, planos que tinham o desenvolvimento como um dos principais objetivos, senão o principal. Ressaltando que nesta época havia uma convergência conceitual onde o crescimento econômico era sinônimo de desenvolvimento econômico, logo esses planos se restringiram a proporcionar um processo de industrialização intensivo, cujo qual era facilmente considerado como um processo de desenvolvimento econômico (MILONE, 1998).

 Sabe-se que considerar o crescimento econômico como a principal meta nas políticas adotadas em qualquer nação é natural, contudo deve-se tomar cuidado com os meios de obter esse crescimento, porque quando esse processo se da de maneira não sustentada poderá gerar mesmo que ao longo prazo, impactos nocivos ao meio-ambiente, podendo estes ser irreversíveis, como também uma elevação nas desigualdades sociais. Para evitar isso as nações devem adotar também políticas sociais que tem como objetivo melhorar a qualidade de vida da população, gerando dessa forma um desenvolvimento econômico.

Há uma divergência conceitual entre o que é crescimento econômico e desenvolvimento. O primeiro considera simplesmente os incrementos positivos no produto. Já o termo desenvolvimento considera alem do aumento do produto interno bruto, mas também os progressos do nível de vida dos cidadãos, bem como as alterações estruturais na economia. Alguns autores como Sandroni considera que o crescimento econômico somado a melhorias no padrão de vida (levando em conta as questões de saúde, educação, segurança, pobreza, desemprego, moradia, entre outros) resulta no desenvolvimento econômico, ou seja, o desenvolvimento depende das características locais, tais como o processo histórico, cultura, tamanho, localização, recursos naturais.

Para Bresser (1985), o processo de desenvolvimento e realizado através de uma transformação econômica, política e social, onde a evolução no padrão de vida da população tende a se tornar “automático e autônomo”. Para ele este processo somente poderá ocorrer se houver uma evolução nestas três áreas.

“... Quando falamos de desenvolvimento, não estamos falando do conceito de desenvolvimento como era utilizado nos anos de 60 e 70, hoje mais adequadamente denominado de crescimento econômico. A nossa experiência e a de outros países também, já deixou claro, ao longo dos últimos 50 anos que desenvolvimento, entendido como melhoria da qualidade de vida, é muito, mas que mero crescimento econômico,” (Etges, 2001, Pag. 11)

O Desenvolvimento é uma soma do crescimento econômico acompanhado de uma melhoria considerável na qualidade de vida. Isto é, o conceito de desenvolvimento deve agregar “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia”. Sem deixar de agregar também as alterações nos indicadores de bem-estar econômico e social. (Vasconcellos e Garcia, 1998, p. 205).

**Figura 1 – Do Crescimento ao Desenvolvimento**

CRESCIMENTO

ECONÔMICO

MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA

DESENVOLVIMENTO

Fonte: Elaboração Própria

Para Oliveira (2002) O desenvolvimento deve ser considerado como um processo complexo composto por mudanças “de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social.” Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

O conceito de desenvolvimento agrícola e diferente do desenvolvimento rural, segundo Kageyama (2004), este ultimo abrange diversas questões que estão relacionadas ao território como recursos naturais e infra-estrutura de transportes e comunicações; à população rural, acrescentando trabalho, educação, saúde, habitação, serviços públicos; e ao desenvolvimento econômico. Podendo concluir que o agrícola faz parte do rural.

Atualmente as regiões brasileiras têm uma organização social, econômica e política diversificada, com estados e municípios distintos ente si. Se analisarmos os municípios que compõem o meio rural, podemos visualizar que, eles também apresentam um uma organização diversificada, cujo qual a agricultura é apenas um dos elementos que compõe esta organização. Esta composição é composta por “fatores sociais (educação, religião, lazer, etc.), fatores econômicos (fontes de renda não-agrícola, como turismo, comercio, manufaturas, etc.), fatores políticos e outros setores diversificados, que compõe aquilo que convencionamos a chamar de meio rural.” (Etges, 2001, pag.14).

 O desenvolvimento rural deve buscar uma associação do aspecto econômico que diz respeito ao aumento do nível e estabilidade da renda familiar, com o aspecto social relacionado com obtenção de um nível de vida socialmente aceitável. E com o aspecto ambiental, a aglomeração desta tríade deve focar sua direção na diversificação das atividades com propósito de gerar renda através da execução de atividades simultaneamente executadas. O mercado de trabalho ou, de maneira mais abrangente, ao trabalho em geral é de fato um ponto de fundamental importância para o desenvolvimento rural. Para uma parcela considerável da população da população o trabalho é a única ou principal fonte de renda, cuja qual lhe permitirá a sobreviver e a ter o acesso aos “frutos do desenvolvimento”. Ao analisarmos o desenvolvimento rural referente a uma base territorial definida, deve-se considerar interação dos diversos setores produtivos e de apoio, caracterizando-se um desenvolvimento multissetorial, onde a evolução da agricultura é apenas um dos elementos, sendo este um dos principais elementos do desenvolvimento rural. (Kageyama, 2004).

A noção de desenvolvimento rural sustentável deve ter como pilar a idéia de “conservação do capital”, idéia esta que Moseley (2003, apud Kageyama, 2004) descreve sob quatro formatos: o capital ambiental que e composto pelos estoques e fluxos de matéria e energia, ecossistemas, recursos físicos, entre outros; o capital humano que compreende as habilidades individuais para exercer trabalhos produtivos; o capital social abrangendo as estruturas sociais, instituições de todos os tipos, sejam formais ou informais, etc.; e o capital construído que engloba os instrumentos, máquinas, construções, infra-estrutura.

O novo rural caracteriza-se por uma melhoria nos sistemas de transporte e de comunicações, pela incorporação de outras organizações burocráticas e sociais. As políticas adotadas visam aproximar as populações rurais através de um desenvolvimento nos sistemas de transporte e de comunicação, e melhorar as condições de vida e qualificação (Graziano da Silva, 1999).

Foi neste contexto que surgiu a “Revolução Verde”, que tornou sólida através de uma implantação de um padrão tecnológico, que segundo Navarro (2001) gerou uma quebra do tradicionalismo produtivo, integrando as famílias rurais a novas configurações de racionalidade produtiva, provocando uma ligação entre setores, que ate então eram independentes. Com tudo nesta época havia uma disseminação maciça do capitalismo e a região rural ficou a mercê dos interesses das sociedades urbanas. Superada esta época de transição, o tema perdeu destaque, porem nestes últimos anos o tema tem ressurgido, devido à preocupação com meio-ambiente, o uso predatório das terras e as altas taxas de desmatamento que têm sido apresentadas, a emissão de gases poluentes na atmosfera, entre outros.

1. Graduado em Ciências Econômicas-UFS, Especialista em Gestão de Politicas Públicas com Foco em Gênero e Raça – UFS. [↑](#footnote-ref-1)